

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL E EXTENSÃO

ELLEM CRISTIANE ROMAN

APLICABILIDADE DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NAS EMPRESAS DA  
REGIÃO DE IVAÍ / PR

CURITIBA  
2014

ELLEM CRISTIANE ROMAN

APLICABILIDADE DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NAS EMPRESAS DA  
REGIÃO DE IVAÍ / PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Especialista em Gestão do Agronegócio, no Departamento de Economia Rural e Extensão, do Setor de Ciências Agrárias, na Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Keiko Yamaguchi

CURITIBA  
2014

ELLEM CRISTIANE ROMAN

APLICABILIDADE DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NAS EMPRESAS DA  
REGIÃO DE IVAÍ / PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Especialista em Gestão do Agronegócio, no Departamento de Economia Rural e Extensão, do Setor de Ciências Agrárias, na Universidade Federal do Paraná.

Curitiba, 22 de março de 2014.

Profa. Dra. Cristina Keiko Yamaguchi – Orientadora  
Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Prof. Dr. Alexandre Amorim Monteiro  
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Prof. Dr. João Batista Padilha Junior  
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Dedico este trabalho a Deus e aos meus pais, pelo apoio durante todo este período. Pois eles são a razão do meu viver, sem eles este trabalho e muito de meus sonhos não se realizaria.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e da sabedoria, e por estar sempre do meu lado durante toda essa caminhada.

Aos meus pais Mario e Iolanda, por tudo o que fizeram e continuam fazendo por mim durante toda a minha vida. Obrigado pelo seu apoio, amor e compreensão.

Aos meus irmãos Tiago e Tatiane, que me apoiaram e ajudaram muito para que eu chegasse até aqui.

Ao meu namorado Higor, pelo amor, carinho e paciência.

A professora Cristina, pelo carinho, paciência e dedicação durante a elaboração deste trabalho.

A Universidade Federal do Paraná, pela oportunidade oferecida.

A todos, que de forma direta ou indireta, contribuíram para a elaboração deste trabalho.

## RESUMO

A crescente preocupação com o meio ambiente faz com que as empresas busquem investir na área ambiental, criando assim a oportunidade de utilizar a contabilidade ambiental como uma ferramenta útil na tomada de decisões da empresa. Diante disso, verificou-se a necessidade de estudar o uso dessa área contábil na região de Ivaí-PR. A pesquisa buscou conhecer a aplicabilidade da contabilidade ambiental junto aos contadores da região de Ivaí no Paraná. Os dados foram coletados em 60% dos escritórios de contabilidade e no frigorífico do município, onde confirmou que a contabilidade ambiental não é aplicada na região pesquisada. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, que se apoiou em pesquisa bibliográfica e de campo por meio da aplicação de questionários. Nos resultados da pesquisa, constatou que essa importante área não está sendo explorada na região, e há falta de conhecimento e inovação por parte dos contadores e profissionais das empresas.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental. Conhecimento ambiental. Profissionais da contabilidade.

## **ABSTRACT**

The growing concern for the environment makes companies feel the need to invest in the environmental area , thus opening the opportunity of environmental accounting become a useful tool in making business decisions . Therefore , there is a need to study the use of this accounting area in the region of Ivaí - PR . The research sought to identify whether firms in the region Ivaí - PR are used this tool in accounting. Data were collected in 60% of accounting firms in the fridge and the municipality , which confirmed that environmental accounting is not applied in the area surveyed. This is an exploratory and descriptive study , which relied on literature and field research through questionnaires . In the search results , found that this important area is not being exploited in the region , and there is lack of knowledge and innovation by accountants and professional firms.

Keywords: Environmental Accounting. Environmental knowledge. The accounting profession.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Eco-eficiência do processo produtivo e do serviço prestado.....	25
Gráfico 2	Aspectos e impactos ambientais do processo.....	26
Gráfico 3	Indicadores ambientais de bens, direitos e obrigações.....	27
Gráfico 4	Indicadores ambientais de conta de resultado.....	28
Gráfico 5	Indicadores de demonstrações ambientais específicas.....	29
Gráfico 6	Indicadores gerenciais .....	30



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Relatórios Contábeis.....	19
----------	---------------------------	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Percepção dos entrevistados quanto a aplicação da contabilidade ambiental na indústria.....	33
----------	---	----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	A estrutura da contabilidade ambiental.....	33
----------	---	----

## **LISTA DE SIGLAS**

DFC – Demonstração dos fluxos de caixa

DMPL – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

DRE – Demonstração do resultado do exercício

DVA – Demonstração do valor adicionado

PR – Paraná

UFPR – Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	.....	13
DESENVOLVIMENTO	.....	15
CONCLUSÃO	.....	35
REFERÊNCIAS	.....	37
ANEXO	.....	40

## INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente vem aumentando, surgindo nas empresas a necessidade de um comportamento sustentável e consciente. Daí surge a necessidade de estudar a aplicação da contabilidade ambiental.

A pesquisa foi aplicada no município de Ivaí – PR, a economia baseia-se no setor primário com destaque para a agropecuária. A extração da erva-mate é uma atividade significativa, representando uma das importantes fontes de renda de Ivaí. A população média do município é de 12.815 hab. com extensão de 607.848 km<sup>2</sup>.

A presente pesquisa utilizou-se dos recursos do levantamento bibliográfico, da pesquisa de campo, da análise estatística dos dados coletados com contadores do município de Ivaí – PR no decorrer de 2013.

Este estudo baseia-se da necessidade de informações sobre o uso da contabilidade ambiental. Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa visa conhecer a aplicabilidade da contabilidade ambiental junto aos contadores na região de Ivaí – PR.

Para atingir o objetivo do estudo, determinadas ações se fizeram necessárias. Inicialmente procedeu-se uma pesquisa bibliográfica que contextualizou o conceito sobre contabilidade, em especial a contabilidade ambiental. Outras referências foram consultadas, a fim de trazer à tona o conhecimento mais recente sobre o tema. Reunida a fundamentação teórica, foi elaborado instrumento de coleta de dados. Essa coleta aconteceu por meio da aplicação de questionário aos profissionais da contabilidade que atuam na região.

Após o levantamento dados coletados nas entrevistas, iniciou-se o trabalho de conclusão de curso efetivamente. O mesmo trata-se de uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (1999, p. 3) “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Pesquisa, definida por Andrade (1999 p.103) “é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”.

Além de exploratória, esta pode ser classificada também como descritiva, onde Marconi e Lakatos (2007, p.312), expõe que

a pesquisa descritiva observa, registra, correlaciona e descreve fatos ou fenômenos de uma determinada realidade sem manipulá-los. Procura conhecer e entender as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos que ocorrem na sociedade, caracteriza-se pela seleção de amostras aleatórias de grandes ou pequenas populações sujeitas à

pesquisa, visando obter conhecimentos empíricos atuais.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. O capítulo 1 e 2 compõem-se da fundamentação teórica. A revisão bibliográfica abordou temas como história, conceito, princípios da contabilidade, além de contabilidade ambiental. No capítulo 3 constam os resultados que foram obtidos com a aplicação dos questionários durante a pesquisa de campo.

## **CAPÍTULO 1: CONTABILIDADE: CONCEITOS, OBJETIVOS, PRINCÍPIOS, TÉCNICAS DE UTILIZAÇÃO E RELATÓRIOS.**

A contabilidade surgiu no início dos tempos, pois o homem percebeu que necessitava controlar os seus bens. Com o passar do tempo, necessitou adequar esses controles, até chegar à contabilidade como conhecemos hoje.

Favero *et.al.* (1995, p. 17) dizem que:

[...] não se pode precisar a época em que se iniciou a Contabilidade. Contudo, acredita-se que ela seja tão antiga quanto a origem do homem. A partir do momento que no homem se desenvolveu o instinto de posse, houve conseqüentemente a necessidade de controlar os bens, o que se fez através do inventário.

Arqueólogos encontraram vestígios da utilização de sistemas de contabilidade na pré-história (SANTOS *et.al.* 2005).

Na evolução do pensamento contábil, pode ser notado que ela é uma área de conhecimento em que sempre esteve associada ao desenvolvimento das atividades tanto mercantis, quanto sociais e econômicas (FAVERO *et.al.*, 1995).

Contabilidade pensada como ciência que trata das atividades do homem enquanto administrador de patrimônio se preocupa com as variações qualitativas e quantitativas ocorridas (SANTOS *et al.*, 2005). Já Favero *et al.* (1995, p. 13) complementa o exposto, explicando que a contabilidade

[...] tem por finalidade analisar, interpretar e registrar os fenômenos que ocorrem no patrimônio das pessoas físicas e jurídicas, busca demonstrar a seus usuários, através de relatórios próprios, [...] as informações sobre o comportamento dos negócios para a tomada de decisões.

Pode-se expandir o conceito, falando que a contabilidade abastece a empresa, tanto interna quanto externamente, com informações úteis para a tomada de decisão (MARION, 1998). Pois ela assegura o controle e fornece informações sobre o patrimônio e toda a sua movimentação (SANTOS *et al.*, 2005). Já Silva (2008, p. 3) afirma que a “[...] contabilidade norteia, fornece informações, controla e contabilizam os fatos acontecidos de certo patrimônio, seja de empresa, seja de pessoa física”.

Para Sá (2006, p. 46) o conceito é mais abrangente, pois segundo ele “Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com a realidade, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”. E para que isso ocorra, Neves e Viceconti (1999) explicam que a contabilidade desenvolveu uma própria metodologia. Desta forma, ela pode controlar o patrimônio, apurar o resultado das diversas operações negociais e fornecer informações a



quem tem interesse na situação e desempenho das entidades, já que Marion (1998, p. 24) afirma que a contabilidade: “[...] é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisão dentro e fora da empresa.”

Para que ocorram essas decisões, a contabilidade tem diversas funções, e Palhares e Rodrigues (1990, p. 10) assim as relacionam:

[...] organizar um sistema de controle adequado às atividades da empresa; registrar todos os fatos que ocorrem e podem ser representados em valor monetário; com base nos registros realizados, elaborar periodicamente quadros demonstrativos da situação econômica e financeira da empresa; analisar esses quadros demonstrativos e apurar se a empresa teve lucro ou prejuízo num determinado período; acompanhar a execução dos planos econômicos da empresa, prevendo os pagamentos a serem realizados, as quantias a serem recebidas de terceiros, e alertar para eventuais problemas; cuidar da relação financeira da empresa com terceiros (Bancos, fornecedores, clientes etc.).

Gonçalves e Baptista (2007, p.23) ainda complementam o conceito de contabilidade dizendo que ela é uma

[...] Ciência que tem por objeto o estudo do Patrimônio a partir da utilização de métodos especialmente desenvolvidos para coletar, registrar, acumular, resumir e analisar todos os fatos que afetam a situação patrimonial de uma pessoa.

Esses métodos se abrem em duas funções: a administrativa, que controla o patrimônio, mensura e organiza os resultados das variações nele ocorridas, e a econômica, que transforma a análise em forma financeira para avaliar os resultados e assim definir/identificar o lucro (ATHAR, 2005). Para complementar a ideia, Ludícibus; Martins, Gelbcke (2007, p. 312) explicam patrimônio como sendo o resultado da “[...] diferença entre o valor dos ativos e o dos passivos e resultado de exercícios futuros [...] pertencentes aos acionistas ou sócios”

Já para Castilho; Castilho e Castilho (2010, p. 11) ele é “o conjunto formado por todos os bens, direitos e obrigações de uma entidade”. É o que comumente chamado de riqueza, por serem úteis, tangíveis, intangíveis, desejáveis etc. (PADOVEZE, 2010).

Isso é complementado por Santos *et.al.* (2005, p. 63) que diz:

Os principais fins da Contabilidade são os de assegurar o controle do patrimônio e fornecer informações sobre sua composição e as variações patrimoniais, bem como sobre os resultados das atividades econômicas desenvolvidas pelas entidades.

Para que haja um controle eficiente, ela está baseada em princípios, pois à medida que as necessidades de controlar o patrimônio surgiram, houve a necessidade dela criar instrumentos para registrar os fatos ocorridos com o patrimônio. E com o

surgimento de dúvidas a respeito de qual o melhor critério para efetuar os registros, tiveram que ser criadas algumas regras, que passaram a ser seguidas por todos. Essas regras foram denominadas como princípios contábeis (PADOVEZE, 2010), como segue:

O princípio da entidade está relacionado com a autonomia patrimonial. Zanluca (2011), afirma que o patrimônio da entidade não se confunde com o patrimônio dos sócios ou proprietários, independente de pertencer a uma ou mais pessoas, já o princípio da continuidade explica que a empresa deve ser avaliada e escriturada, na suposição de que nunca será extinta (PADOVEZE, 2010).

O princípio da oportunidade exige que os registros contábeis sejam feitos no momento em que ocorrem (SANTOS *et.al.*, 2005). Refere-se simultaneamente à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações (ZANLUCA, 2011a). No princípio do registro pelo valor original, os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores ocorridos nas datas das transações (SANTOS *et.al.*, 2005).

A moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa valor constante de poder aquisitivo (SANTOS *et.al.*, 2005). Os efeitos do poder aquisitivo da moeda têm que ser reconhecidos nos registros contábeis, pelo ajuste da expressão formal dos valores que compõe o patrimônio, conforme exposto pelo princípio da atualização monetária (ZANLUCA, 2011c).

As variações patrimoniais e sua natureza estão mostradas no princípio da competência, que é o princípio que determina quando certo componente deixa de integrar o patrimônio, para transformar-se em elemento modificador do patrimônio líquido (SANTOS *et.al.* 2005). Zanluca (2011c) afirma que neste princípio “As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento”.

Para não haver surpresas desagradáveis, segundo o Princípio da Prudência é recomendável usar, quando houver situação de alternativas igualmente válidas, menor valor para o ativo e o maior para o passivo (ZANLUCA, 2011c).

Como citado anteriormente, a contabilidade deve assegurar o controle do patrimônio, e para que não haja a necessidade de contar os elementos patrimoniais, a forma de fazer o controle é através do registro de cada transação e de todos os eventos econômicos. E esse controle deve ser feito diretamente relacionado com a mensuração dos elementos do patrimônio com a moeda corrente do país. Ou seja, junto da descrição dos bens, a contabilidade deverá colocar os valores dos mesmos (PADOVEZE, 2010). Já

que, segundo Figueiredo e Caggiano (2008, p. 26), “[...] os gestores têm controle sobre o futuro da firma e que seu destino pode ser manipulado, isto é, planejado e controlado. [...]”

Esse controle é profundamente ligado ao planejamento, ao se adotar que as atividades da firma está em conformidade com os planos. Por isso, todos devem ter um planejamento e controle de seus bens, pois tanto a ausência de planejamento a longo prazo, quanto o excesso de preocupação a curto prazo podem ser prejudiciais aos interesses da empresa (FIGUEIREDO; CAGGIANO, 2008).

Os controles feitos são utilizados pelos usuários da contabilidade, que são definidos por Marion (1998, p. 25) como sendo “pessoas que se utilizam da Contabilidade, que se interessam pela situação da empresa e buscam [nela] as suas respostas”.

Já Padoveze (2010, p. 49) complementa com um conceito mais abrangente de usuário da contabilidade:

Por ser um sistema de informação, a Contabilidade tende a ter inúmeros usuários das informações geradas pelo sistema. O primeiro usuário sempre será o dono ou os donos da empresa, ou seja, os indivíduos que detêm a posse do Capital Social. Logo a seguir podemos dizer que há o governo, já que as entidades jurídicas existem por sua liberação; é portanto, o outro grande usuário do sistema de informação contábil. Os empregados, os fornecedores, os clientes, os bancos, a comunidade social onde a empresa está inserida etc. são outros exemplos de usuários de informação contábil [...].

Os usuários são informados através dos relatórios principais, que são Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultado. Mas para que todos eles sejam atendidos em suas necessidades, provavelmente o contador terá de elaborar outros relatórios contábeis a partir de seu sistema de informação, montado através do registro dos fatos administrativos (PADOVEZE, 2010).

Esses registros são feitos através de relatórios e demonstrações contábeis. O relatório contábil é uma apresentação que resume de forma ordenada os dados adquiridos pela contabilidade (IUDÍCIBUS e MARION, 1990). Já as demonstrações contábeis, segundo Zanluca (2011a), são o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, podendo ser substituído pela demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do valor adicionado, se divulgada pela entidade; e as notas explicativas, incluindo a descrição das práticas contábeis.

A tabela 1 explica cada um dos relatórios contábeis.

**TABELA 1- Relatórios Contábeis**

RELATÓRIOS CONTÁBEIS	
Demonstração / Relatório Contábil	Definição
Balanço Patrimonial	Mostra a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data.
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	Deve ser apresentada na forma dedutiva. Ela representa os detalhes necessários das receitas, despesas, ganhos e perdas, por isso define claramente o lucro ou prejuízo líquido tanto do exercício quanto por ação.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e de Lucros ou Prejuízos Acumulados	A primeira é mais completa, mas a Lei das Sociedades por Ações aceita uma ou outra. Essa demonstração evidencia a mutação do patrimônio líquido em termos globais e em termos de mutações internas. Na demonstração (se for o caso) de lucros acumulados, é feita toda a descrição do resultado do exercício.
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	Mostra como ocorrem as movimentações de disponibilidades em um período de tempo.
Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Informa o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição.
Notas Explicativas	São um complemento das demonstrações contábeis, uma espécie de explicação sobre elas.

Fonte: adaptado de IUDICIBUS; MARTINS; GELBCKE (2007)

A contabilidade registra todos os dados monetários dos fatos ocorridos na empresa e mesmo os produzidos por ela e por isso é considerada como eixo da empresa (PALHARES; RODRIGUES, 1990). Nesse sentido empresa pode ser considerada como atividade econômica organizada (COELHO, 2007). Ela é um fenômeno complexo e organizar a atividade econômica, produzir e fazer circular bens e serviços é a sua principal função (TEIXEIRA, 2010).

E essa atividade econômica pode ser exercida de forma não institucional e institucional. A primeira é aquela realizada por pessoa física, como as atividades individuais autônomas, trabalhos domésticos, profissões liberais exercidas individualmente. Já a segunda, contém as empresas individuais, as sociedades simples, as sociedades empresárias, as organizações governamentais e as não governamentais (ONGs) (CASTILHO; CASTILHO; CASTILHO, 2010).

A contabilidade é usada para atender os mais diversos usuários, por exemplo, a contabilidade industrial é um ramo da contabilidade aplicada às indústrias, com ênfase na apuração do seu custo de produção. Já na comercial, ela estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, com ênfase no custo da mercadoria vendida (FRANCO, 1996).

O que se observa é o uso indiscriminado da contabilidade para todo e

qualquer tipo de empreendimento, iniciativa, entidade. Nesse sentido, Gonçalves e Baptista (2007, p.26) asseguram que “[...] onde existir um patrimônio sujeito à ação administrativa do homem estará a Contabilidade”.

Nota-se que a contabilidade pode ser estudada tanto de modo geral, como de modo particular, ou seja, para todas as empresas ou aplicada para cada ramo de atividade, Marion (2007), por este motivo, ela não será diferente na área ambiental, como segue.

## CAPÍTULO 2: CONTABILIDADE AMBIENTAL

Para Gonçalves e Heliodoro (2005, p.82) “A contabilidade não pode ignorar os problemas ambientais, uma vez que ela é o elo existente entre as empresas e a comunidade.” Complementando o exposto Yamaguchi (2012) diz que “a contabilidade ambiental não se refere a uma nova contabilidade, mas a um conjunto de informações que relatam adequadamente as ações de uma organização.”

Conforme Zanluca (2011b):

Historicamente, a Contabilidade do Meio Ambiente passou a ter status de um novo ramo da ciência contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do "relatório financeiro e contábil sobre passivo e custos ambientais" pelo Grupo de trabalho inter-governamental das Nações Unidas de Especialistas em padrões Internacionais de Contabilidade e relatórios [...]

O título ambiental é muito abrangente como conceito. Tudo o que está fora do patrimônio material da empresa, é ambiental. Então aplicou-se a contabilidade ambiental para a parte da contabilidade empregada ao meio ambiente da natureza (SÁ, 2000). Complementando o conceito, pode-se dizer que a contabilidade ambiental é o registro do patrimônio ambiental da entidade e suas mudanças (ZANLUCA, 2012b). Os métodos usados no registro e alteração do patrimônio ambiental apresentando os fenômenos que interferem na situação patrimonial fazem parte deste ramo da contabilidade (LIMA, 2002). Santos . *et. al.* (2001, p.) explica que

pode-se definir contabilidade ambiental como o estudo do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) das entidades. Seu objetivo é fornecer aos seus usuários, interno e externo, informações sobre os eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial, bem como realizar sua identificação, mensuração e evidenciação.

Gonçalves e Heliodoro (2005, p.84) complementam o exposto dizendo que “a Contabilidade Ambiental é a Contabilidade dos benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto pode originar no meio ambiente.” Sobre o tema apresentado, Wernke (2000, p.44) aborda que:

[...] quando se pensa em qualidade de meio ambiente, deve se levar em consideração pontos como a proteção dos consumidores e desenvolvimento sustentável. Com vista a assegurar a sustentabilidade, as empresas buscam implementar mecanismos de gestão ambiental.

A contabilidade ambiental deve subsidiar o usuário nas suas tomadas de decisões, através de identificação de dados e registros de eventos

ambientais (PAIVA, 2003). Nisso, o contador é uma peça chave, pois segundo Garcia e Oliveira (2009, p.14):

[...] os contabilistas têm um papel fundamental nesta perspectiva, uma vez que depende desses profissionais elaborar um modelo adequado para esta entidade, incentivar a empresas a implementarem gestões ambientais que possam gerar dados apresentáveis contabilmente.

Pois ela [contabilidade ambiental] está ligada a teoria da contabilidade, e isso facilita a transição de informações tanto da contabilidade financeira, quanto da contabilidade de custos para ampliar a eficiência dos materiais, auxiliando na redução de risco e de impacto, e também diminuindo os custos para uma maior eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica (KEINERT, 2007).

Sobre isso, Martins e De Luca (1994, p.25) afirmam que:

As informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente, e até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, compreendidas para sua recuperação e preservação.

A contabilidade ambiental demonstra monetariamente os procedimentos de destruição e preservação das organizações em relação ao meio ambiente, suprimindo assim as necessidades das empresas (YAMAGUCHI, 2012).

Evidenciando de forma fidedigna e transparente os gastos com o controle ambiental, através de relatórios contábeis e utilização ambiental da empresa, a contabilidade ambiental pode auxiliar os gestores, pois os cuidados ambientais estão sendo alvo das preocupações destes, fazendo com que a contabilidade integre competitivamente os aspectos econômicos operacionais e ambientais (GONÇALVES; HELIODORO, 2005).

Parece fácil a tarefa dos gestores e contadores com relação ao entendimento e aplicação da contabilidade ambiental, mas na prática há várias dificuldades que impedem o uso desse ramo da contabilidade. Uma das principais é a segregação das informações de natureza ambiental das demais informações gerais da organização, bem como a correta classificação e avaliação das contas e dos eventos ambientais (YAMAGUCHI, 2012). Alguns fatores que dificultam a implantação da contabilidade ambiental são listados por Bergamini Júnior (1999), como:

- ausência de definição clara de custos ambientais;
- dificuldade em calcular um passivo ambiental efetivo;
- problema em determinar a existência de uma obrigação no futuro por conta de custos passados;
- falta de clareza no tratamento a ser dado aos “ativos de vida longa”;
- reduzida transparência com relação aos danos provocados pela empresa em seus ativos próprios, entre outros.

Apesar das dificuldades, este trabalho procura mostrar de maneira simples os principais conceitos da contabilidade ambiental.

## ATIVO AMBIENTAL

Garcia e Oliveira (2009, p.14) expõem que “os ativos ambientais são representados por todos os bens e direitos oriundos ou destinados à atividade de gerenciamento ambiental [...]. São os investimentos na área ambiental.” Eles devem ser classificados em títulos contábeis específicos, identificando as contas, de forma adequada (DAVID, 2003).

Um ativo é um recurso controlado por uma empresa que surge de eventos passados e de onde são esperados futuros fluxos de benefícios econômicos diretos ou indiretos para a empresa, através de: aumento da capacidade ou aumento da segurança ou eficiência de outros ativos próprios da empresa; redução ou prevenção de provável contaminação ambiental resultante de futuras operações, ou, ainda, conservação do meio ambiente (BERGAMINI JÚNIOR, 1999).

Então, pode-se dizer, conforme Assis, Braz e Santos (2010, p.14) que:

ativos ambientais são os bens adquiridos pela companhia com a finalidade de controlar, preservar e recuperar o meio ambiente. As características dos ativos ambientais são diferentes de uma organização para outra, pois a diferença entre os vários processos operacionais das distintas atividades econômicas deve compreender todos os bens utilizados no processo de proteção, controle, conservação e preservação do meio ambiente.

## PASSIVO AMBIENTAL

Garcia e Oliveira (2009, p.14) dizem que “o passivo ambiental é toda e qualquer obrigação contraída e destinada a aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente.” Pode ser definido como as dívidas reais ou potenciais que a empresa, o homem ou a propriedade tem com relação à



natureza por estar em desconformidade com a legislação ou procedimentos ambientais propostos (DAVID, 2003).

Ele deve ser reconhecido quando há uma obrigação pela empresa por custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda o critério de reconhecimento como uma obrigação. Então pode-se dizer que esse tipo de passivo é definido como uma obrigação presente da empresa que surgiu de eventos passados (BERGAMINI JÚNIOR, 1999).

Naujack, Ferreira e Stela (2011) afirmam que “O passivo ambiental representa os danos causados ao meio ambiente e representa as obrigações de curto prazo dos investimentos usados para amenizar ou extinguir os danos causados ao meio ambiente.”

Sobre isso, pode concluir-se, segundo Assis; Braz e Santos (2010, p.15) que:

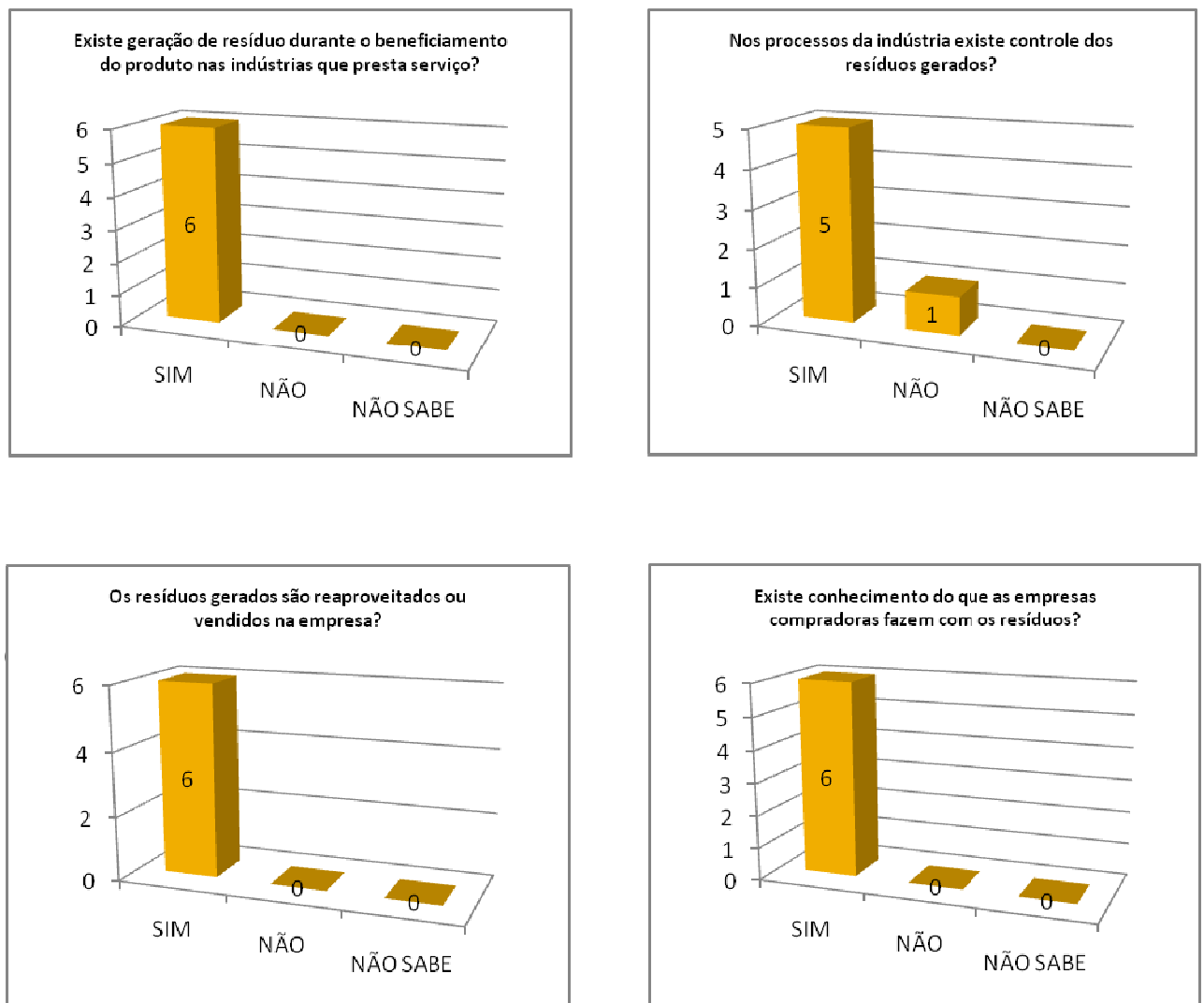
Passivo ambiental é toda e qualquer obrigação contraída e destinada a aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Para reconhecer de maneira eficaz o passivo ambiental, deve-se observar alguns aspectos, como o comprometimento da empresa em relação à extração e utilização de recursos naturais, a necessidade de recursos para liquidar os possíveis passivos ambientais e como estimar com precisão o montante do passivo ambiental de forma segura.

A contabilidade ambiental demonstra monetariamente o processo de preservação ou destruição causada pela empresa, mostrando assim, quantitativamente as ações em relação ao meio ambiente, suprimindo, dessa forma, as necessidades da indústria e sociedade (ASSIS; BRAZ e SANTOS, 2010).

### CAPÍTULO 3: RESULTADO DOS DADOS

Esse capítulo tem por finalidade apresentar os principais resultados da pesquisa de campo, via questionário, aplicado a 60% dos escritórios de contabilidade da região de Ivaí, PR e também ao frigorífico do município. As informações estão elencadas seguindo uma ordem conforme foram aplicadas no questionário.

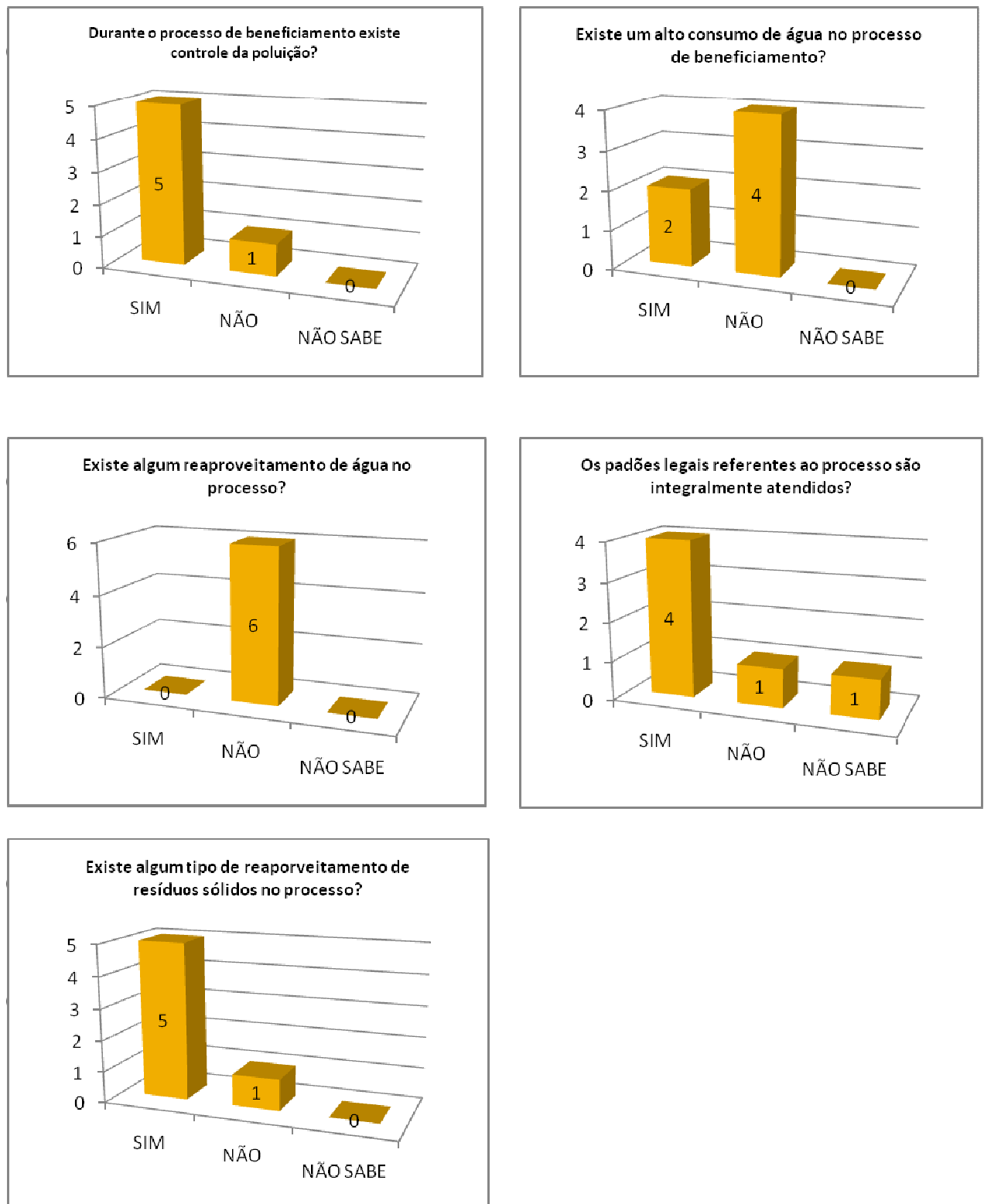
Primeiramente foi identificado a eco-eficiência do processo produtivo e do serviço prestado, conforme apresenta o Gráfico 1.



**Gráfico 1** – Eco-eficiência do processo produtivo e do serviço prestado  
Fonte: dados da pesquisa (2013)

Com estes dados, percebeu-se que nas empresas analisadas há processos poluentes e que há o controle dessa poluição.

Após foi analisado os aspectos e impactos ambientais do processo das empresas atendidas pelos escritórios contábeis de Ivaí, e também pelo frigorífico, conforme mostra o Gráfico 2.

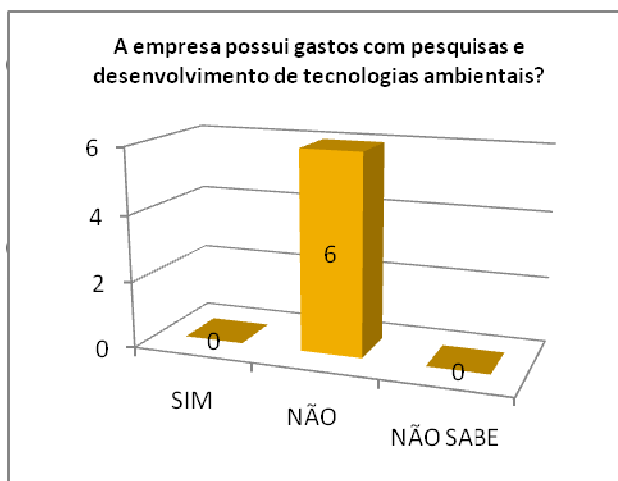
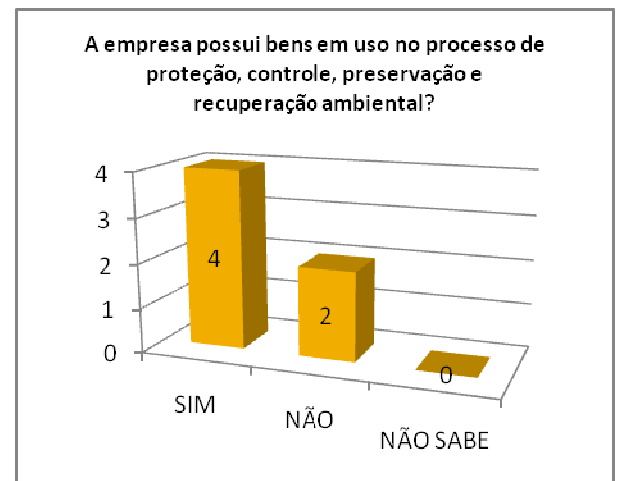


**Gráfico 2** – Aspectos e impactos ambientais do processo  
Fonte: dados da pesquisa (2013)

Avaliando-se as empresas atendidas pelos escritórios e o frigorífico, em 83,33% há o controle de poluição, e que na maioria não há um alto consumo de água no processo de beneficiamento, e em 66,67% delas os padrões legais referentes ao processo são integralmente atendidos. Nenhuma faz o reaproveitamento da água no processo e 83,33% utilizam algum tipo de reaproveitamento de resíduos sólidos no processo.

Percebe-se que as empresas pesquisadas tem um comprometimento com a responsabilidade ambiental, pois há um controle de poluição, e a maioria atende os padrões legais na produção.

O Gráfico 3 evidencia os indicadores ambientais de bens e direitos e obrigações.

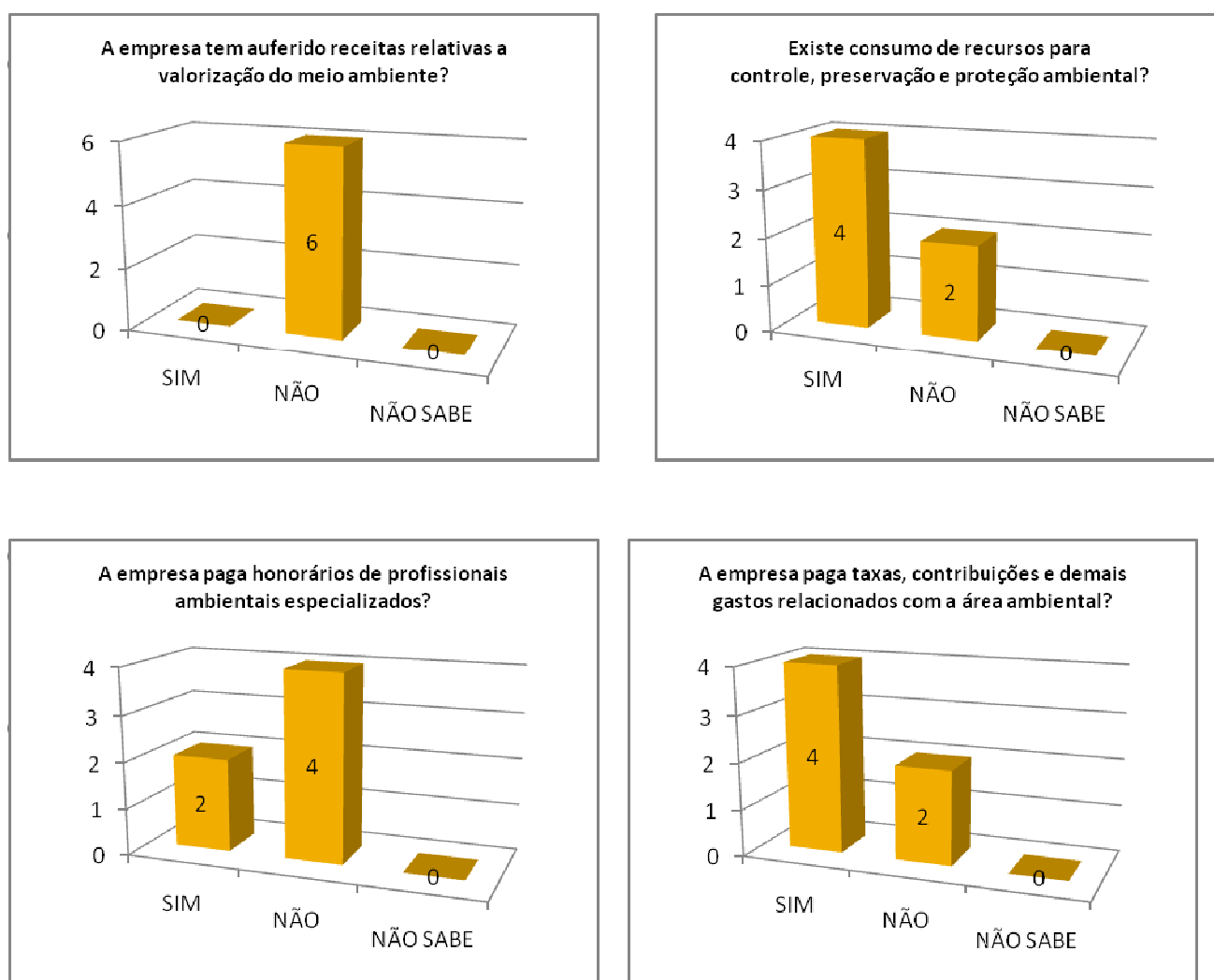


**Gráfico 3** – Indicadores ambientais de bens e direitos e obrigações  
Fonte: dados da pesquisa (2013)

Em relação aos indicadores ambientais de bens, direitos e obrigações, nenhuma empresa tem os estoques de insumos ambientais devidamente listados no plano de contas, 66,67% das indústrias possui bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental. 83,33% não paga salários e encargos para profissionais da área ambiental.

Percebe-se então que não há um acompanhamento e evidenciação das contas ambientais separado dos demais indicadores da contabilidade tradicional.

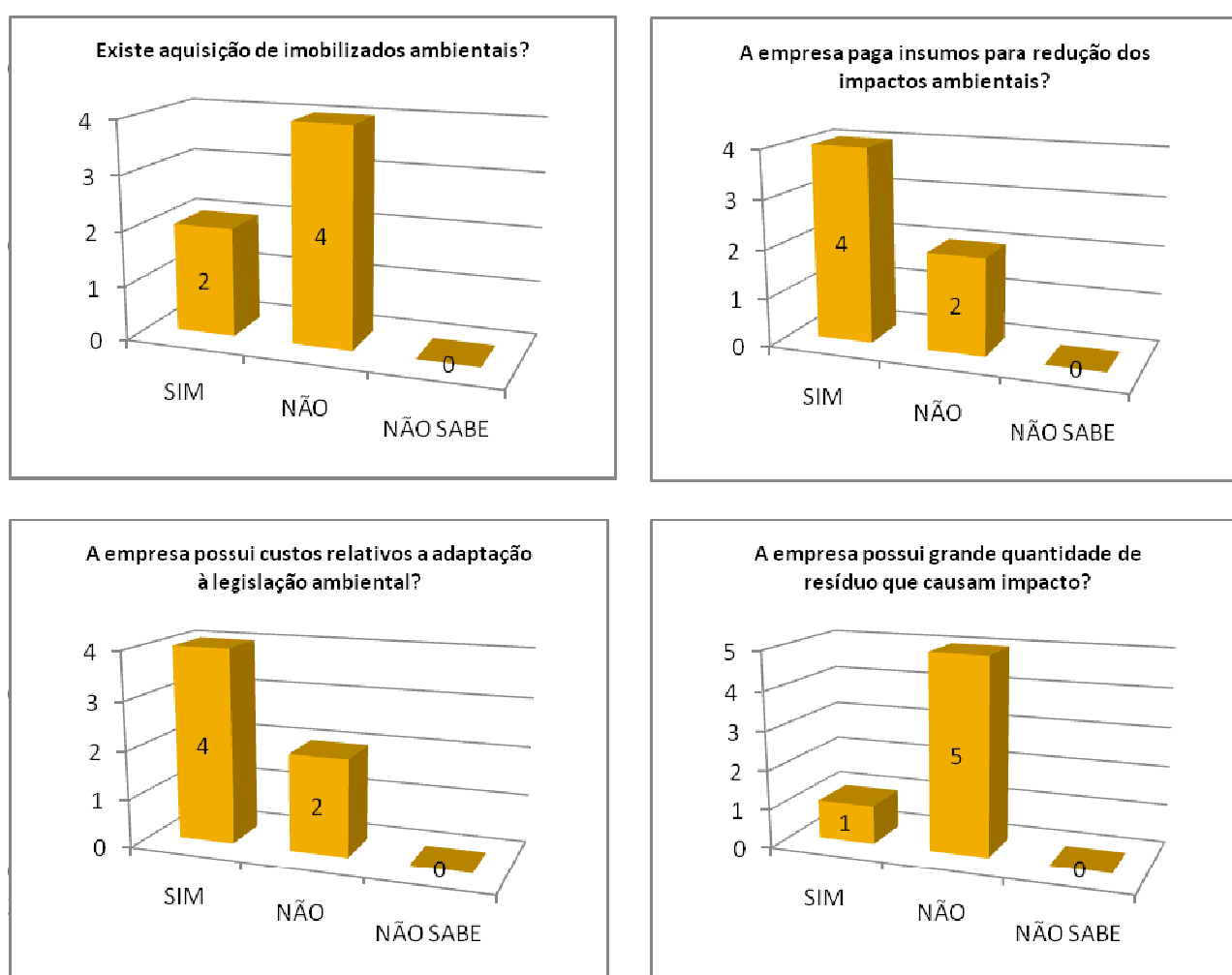
Os resultados referentes aos indicadores ambientais de contas de resultado são demonstrados no Gráfico 4.



**Gráfico 4** – Indicadores ambientais de contas de resultado  
Fonte: dados da pesquisa (2013)

A respeito dos indicadores ambientais de contas de resultado, nenhuma empresa atendida pelos contadores tem auferido receitas relativas à valorização do meio ambiente, 66,67% das empresas desembolsam recursos com controle, preservação e proteção ambiental. Apenas 33,34% das empresas pesquisadas pagam honorários de profissionais ambientais especializados, e 66,66% delas pagam taxas, contribuições e demais gastos relacionados com a área ambiental.

Com relação aos indicadores de demonstração ambiental específica, verifica-se no Gráfico 5.

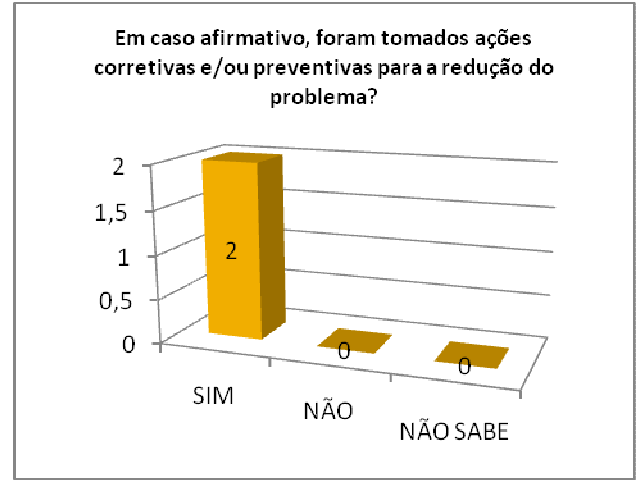
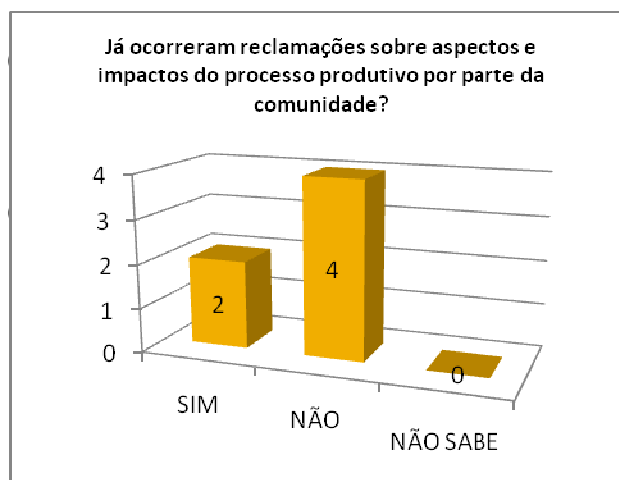


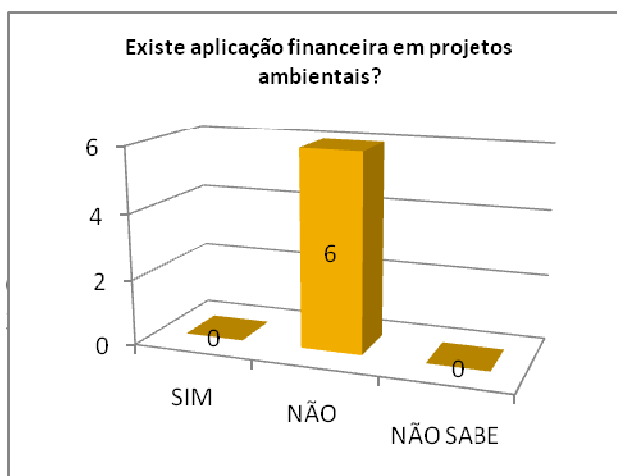
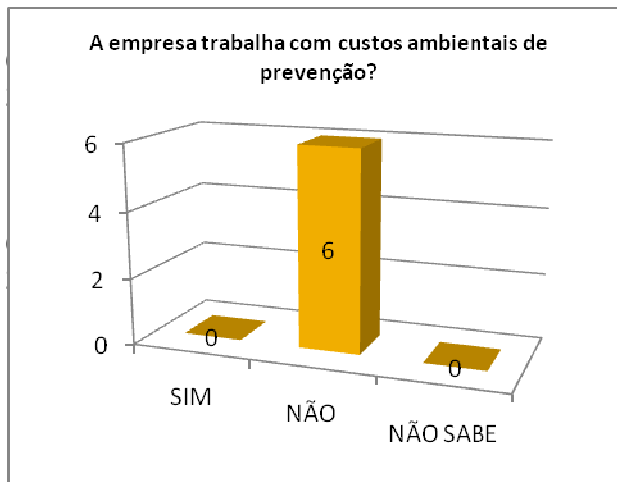
**Gráfico 5** – Indicadores de demonstração ambiental específica  
Fonte: dados da pesquisa (2013)

Analisando os dados, percebe-se que na maioria das empresas analisadas não há aquisição de imobilizados ambientais, a maioria paga insumos

para a redução de impactos ambientais e também possuem custos relativos a adaptação à legislação ambiental, e 83,33% delas possui grande quantidade de resíduo que causam impacto.

O Gráfico 6 apresenta os indicadores gerenciais.





**Gráfico 6** – Indicadores gerenciais  
 Fonte: dados da pesquisa (2013)

50% das empresas pesquisadas estão submetidas à fiscalização por parte dos órgãos ambientais, nenhuma das empresas obteve benefícios e/ou



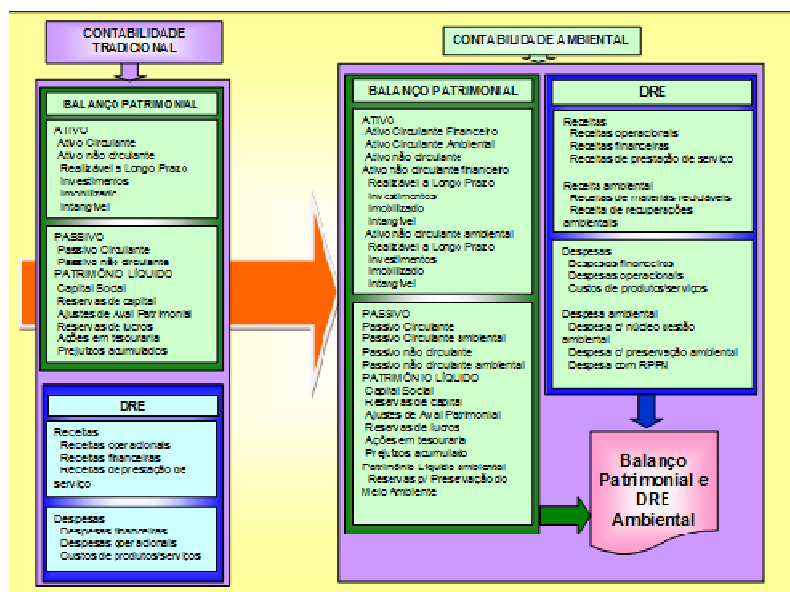
premiações pela atuação na valorização do meio ambiente. Em apenas 33% delas já ocorreram reclamações sobre aspectos e impactos do processo produtivo por parte da comunidade, e em todas houve ações corretivas e/ou preventivas para a redução do problema. Em nenhuma das empresas pesquisadas há um sistema de gestão ambiental, e também em nenhuma são realizados investimentos sistemáticos em proteção ambiental, e nem trabalha com custos ambientais de prevenção ou com alguma forma de controle dos investimentos realizados na contabilidade ambiental.

Em 83,33% das empresas tem algum retorno financeiro com resíduos no processo produtivo e na prestação de serviço. Na metade das empresas os retornos dos investimentos em meio ambiente são satisfatórios, mas em nenhuma existe aplicação financeira em projetos ambientais. Todas as empresas acreditam numa vantagem competitiva no mercado com a valorização da questão ambiental.

Nota-se então que das indústrias pesquisadas, nenhuma tem auferido receitas relativas à valorização do meio ambiente. Como notado, grande parte delas desembolsam recursos com o controle, preservação e proteção ambiental, e também pagam taxas, contribuições e demais gastos relacionados com a área ambiental.

Conclui-se que os profissionais contábeis conhecem a existência da contabilidade ambiental, no entanto não aplicam de forma separada das contas da contabilidade tradicional por desconhecer ou não ter clareza a respeito desta modalidade contábil. Os pesquisados observaram no questionário que a dificuldade em implantar a contabilidade ambiental seria conscientizar as empresas da sua importância e o acesso a todas as informações ambientais da empresa, pois elas não vão querer demonstrar seus passivos ambientais, caso ocorram. Portanto, atualmente os gastos e receitas ambientais são somados a outras receitas e despesas da contabilidade tradicional, desconhecendo assim os efetivos gastos e receitas da contabilidade ambiental.

A partir daí, percebeu-se a falta de utilização da contabilidade ambiental pelas empresas. Após isso, foi exposta uma nova estrutura para a contabilidade ambiental, como segue a Figura 1.



**Figura 1** – A estrutura da contabilidade ambiental  
Fonte: Yamaguchi (2013)

A Figura 1 mostra a nova estrutura do balanço patrimonial e do demonstrativo de resultado do exercício.

A partir da adaptação da nova estrutura do plano de contas ambiental foi apresentado juntamente com o questionário, três perguntas aos contadores.

No Quadro 1, apresenta a síntese dos resultados das perguntas efetuadas na entrevista, conforme a percepção dos entrevistados.

<p><b>Pergunta 1:</b> A organização, embora praticando a Gestão Ambiental, não utiliza a contabilidade ambiental para este fim? Por quê?</p>	<p><b>Resposta 1:</b> Dos respondentes, 80% afirmam que não, pois usuário não tem interesse em arcar com qualquer custo gerado para esse fim, alegando não haver retorno. Também não visualizam um benefício real. E também por se tratarem de micro e pequenas empresas. E em 20% esta sendo estudado a implantação da contabilidade ambiental.</p>
<p><b>Pergunta 2:</b> Na sua visão, a contabilidade ambiental traria algum benefício para aumentar a competitividade da sua organização, seja evidenciado no balanço patrimonial ou nas notas explicativas?</p>	<p><b>Resposta 2:</b> 80% das respostas são positivas. E em 20% afirma que só serão vistos os benefícios a partir do momento em que a sociedade passar a ter uma visão diferenciada do foco ambiental.</p>
<p><b>Pergunta 3:</b> Você acredita que o modelo da Figura 1 de balanço patrimonial poderia ser aplicado na sua organização? Quais as dificuldades para aplicá-lo?</p>	<p><b>Resposta 3:</b> Obteve 80% de respostas positivas, e as dificuldades seriam a conscientização das empresas com relação à importância da contabilidade ambiental, o acesso a todas as</p>

	informações ambientais da empresa, a evidenciação correta dos valores a ser usado e com o acompanhamento por profissionais da área. E 20% que deveria ser elaborado um para atender a cada empresa.
--	---

**Quadro 1** – Percepção dos entrevistados quanto a aplicação da contabilidade ambiental na indústria  
Fonte: dados da pesquisa (2013)

Os resultados mostram que as indústrias misturam a contabilidade ambiental com a tradicional, pois registram os fatos e eventos contábeis ambientais juntamente com os da contabilidade tradicional. Existe dificuldade na implantação dessa área contábil, há afirmações que as empresas só sentiriam interesse em implantar a contabilidade ambiental se ela tiver algum benefício financeiro, ou pelo contrário tiverem ônus com a não aplicação de medidas ambientais e com punições que afetariam seus ativos, pois muitas empresas visam somente o lucro a qualquer custo.

O resultado da pesquisa vem corroborar com a problemática levantada por Santos et al (2001); Gonçalves e Heliodoro (2005); Zanluca (2011b) quando afirmam que a contabilidade ambiental busca evidenciar as ações ambientais, fornecendo aos usuários informações ambientais que causam modificações na situação patrimonial. Da mesma forma que Yamaguchi (2012) afirma que o papel dos gestores e dos contadores com relação ao entendimento e aplicação da contabilidade ambiental não é tarefa fácil, pois implica em várias dificuldades que impedem o uso desse ramo da contabilidade, necessitando conhecer as informações de natureza ambiental e demais informações gerais da organização, bem como a correta classificação e avaliação das contas e dos eventos ambientais.

## CONCLUSÃO

O assunto abordado é considerado um tema novo, então ainda tem muito para ser estudado. Neste trabalho foram abordados alguns autores em busca de conceitos, verificou-se que os autores, na maioria, têm opiniões parecidas sobre o assunto.

Após o levantamento bibliográfico, verificou-se a aplicabilidade da contabilidade ambiental na região de Ivaí-PR através de questionário aplicado aos contadores do município.

Constatou-se que nas empresas analisadas há processos poluentes e que há o controle dessa poluição, e elas têm conhecimento e atendem os padrões legais na produção. Mas as contas ambientais não são registradas em separado, são colocadas juntamente com a contabilidade tradicional. Grande parte das empresas pesquisadas investem em controle, preservação e proteção ambiental e pagam taxas em contribuições ambientais, mas nenhuma tem auferido receitas relativas à valorização do meio ambiente.

Percebeu-se que os contadores respondentes conhecem a necessidade da contabilidade ambiental, mas ainda não a praticam, pois segundo eles, seus clientes ainda não sentem a necessidade de utilizar desta ferramenta. As questões abertas apontaram que as empresas ainda estão interessadas em obter lucro a qualquer custo, assim não se preocupando em investir em políticas ambientais, e as empresas só criariam interesse em apostar nesta área se fosse oferecido algum incentivo financeiro, ou caso contrario se devessem pagar ônus caso não aplicassem. Constatou-se também que ainda não são pagos profissionais da área ambiental para controlar este campo, ou seja, ainda não há interesse em investir em especialistas para esse fim.

A utilização da contabilidade ambiental traz vantagens às empresas, como reduzir gastos, através de redução de desperdício de água, matéria-prima, energia e prevenindo a poluição, evitando assim multas e penalidades relativas ao meio ambiente. Além disso, ela permite verificar as reduções de recursos naturais, tanto os renováveis quanto os não renováveis. E também é possível ter uma transparência da gestão ambiental, através da publicação do balanço ambiental.

Nota-se a partir desta pesquisa, que ainda há muito que se fazer na região para implantar esse ramo da contabilidade, pois poderá ser encontrado varias

barreiras e resistência por parte das empresas, devido a receio em apresentar seus dados ambientais, por medo de prejuízos, e também por desconhecerem os benefícios da contabilidade ambiental.

Há necessidade de trabalho conjunto entre os profissionais da contabilidade, órgãos governamentais e universidade para facilitar a aplicação da contabilidade ambiental junto às organizações.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ASSIS, Perla Roberta Pignatta de. BRAZ, Eliane Marta Quiñones. SANTOS, Carlos Lopes dos. Contabilidade Ambiental. **Revista Ceciliana** Jun 3(1): 13-16, 2010. Disponível em: < [http://sites.unisanta.br/revistaceciliana/edicao\\_05/1-2011-13-16.pdf](http://sites.unisanta.br/revistaceciliana/edicao_05/1-2011-13-16.pdf). Acesso em: 10 nov. 2013.

ATHAR, Raimundo Aben. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. Contabilidade e riscos ambientais. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.6, n.11, jun 1999. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1105.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1105.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2013.

CASTILHO, Edison. CASTILHO, Antônio Sergio Negrão de. CASTILHO, Luiz Fernando Negrão. **Introdução à lógica contábil**. São Paulo: Saraiva, 2010.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DAVID, Afonso Rodrigo de. Contabilidade Ambiental. **IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. Ago.2003 – Gramado – RS. Disponível em: <<http://www.ccontabeis.com.br/conv/t31.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. **Contabilidade: teoria e prática**. v. 1. São Paulo: Atlas, 1995.

FIGUEIREDO, Sandra. CAGGIANO, Paulo Cezar. **Controladoria: teoria e prática**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Industrial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GARCIA, Ronise Siqueira Mendes. OLIVEIRA, Daniele Lopes. Contabilidade Ambiental: História e Função. **Revista Gestão & Tecnologia** – Faculdade Delta – ISSN 2176-2449, edição I setembro/outubro 2009. Disponível em <[http://www.faculdedelta.edu.br/imagens/revista\\_gestao\\_tecnologia/edicao\\_1/contabilidade\\_ambiental.pdf](http://www.faculdedelta.edu.br/imagens/revista_gestao_tecnologia/edicao_1/contabilidade_ambiental.pdf)>. Acesso em 07.nov.2013

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade geral**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Sidalina Santos. HELIODORO, Paula Alexandra. A contabilidade Ambiental como um novo Paradigma. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1890-3337,

Blumenau, v.1, n.3, p.81-93, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://gorila.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/91>>. Acesso 07 nov.2013

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Manual de contabilidade para não contadores**. São Paulo: Atlas, 1990.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens (Coords.) FIECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. **Organizações Sustentáveis: Utopias e Inovações**. São Paulo: Annablume/FAPEMIG, 2007.

LIMA, Diana Vaz de. Tratamento Contábil e Evidenciação das Externalidades Ecológicas. Departamento de Administração da Universidade de Brasília. **Revista Contabilidade Finanças - USP**, São Paulo, n. 30, p. 46 - 53, setembro/dezembro 2002. Disponível em: <[http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad30/revista\\_30\\_parte4.pdf](http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad30/revista_30_parte4.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2013.

MARCONI, M.de A.: LAKATOS, E.M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Eliseu & DE LUCA, Márcia M. Mendes. Ecologia via Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: CFC, ano 23, n. 86, março 1994.

NAUJACK, Jakeline; FERREIRA, Josleimara Luzia; STELA, Elder Rogério. Contabilidade Ambiental: uma revisão de conceitos. **VII Enppex**. Universidade e gestão pública: perspectivas e possibilidades. II Seminário dos cursos de ciências sociais aplicadas da Fecilcam, 2011. Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Campo Mourão – PR.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade básica**. 7. ed. São Paulo: Frase, 1999.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica**: contabilidade introdutória e intermediária. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Atlas, 2003.

PALHARES, Antonio; RODRIGUES, Laércio de Castro. **Introdução a contabilidade**. São Paulo: Scipione, 1990.

SANTOS, Adalto de Oliveira et al . Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas Brasileiras. **Revista de Contabilidade & Finanças**.

São Paulo , v. 12, n. 27, Dec. 2001 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-70772001000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772001000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 Nov. 2013.

SANTOS, José Luiz dos; et al; **Introdução à Contabilidade**: atualizada pela Minirreforma Tributária: Lei nº 10.637/02. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Contabilidade empresarial para gestão de negócios**: guia de orientação fácil e objetivo para apoio e consulta de executivos. São Paulo: Atlas, 2008.

SÁ, Antonio Lopes de. **Considerações Gerais sobre a Contabilidade aplicada ao Meio Ambiente Natural**. Revista Brasileira de Contabilidade, Ano XXIX n.122, Março/Abril de 2000, p. 10-13. Disponível em: <[http://www.portalcfc.org.br/rbc/edicoes\\_antteriores/anterior.php?id=4161](http://www.portalcfc.org.br/rbc/edicoes_antteriores/anterior.php?id=4161)>. Acesso em: 01 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Teoria da contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TEIXEIRA, Ana Bárbara Costa. **A Empresa–Instituição**. 2010, 272 f. Dissertação (Mestrado em Direito) -. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em <[www.teses.usp.br/.../DISSERTACAO\\_COMPLETA\\_PDF\\_ANA\\_BARBARA](http://www.teses.usp.br/.../DISSERTACAO_COMPLETA_PDF_ANA_BARBARA)>. Acesso em: 01.set. 2011

WERNKE, Rodney. Custos Ambientais: Uma Abordagem Teórica com Ênfase na Obtenção de Vantagem Competitiva. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: ano 29, n.123, p. 44-51, maio/jun 2000.

YAMAGUCHI, Cristina Keiko. Contabilidade Ambiental e o comprometimento das organizações com a responsabilidade ambiental. **Revista Espacios**. Vol.33. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a12v33n12/12331206.html>>. Acesso em: 28 out.2013

ZANLUCA, Júlio César. **Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracoescontabeis.htm>>. Acesso em: 27 jul.2011a.

\_\_\_\_\_. **O que é Contabilidade Ambiental?** Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/principiosfundamentais.htm>>. Acesso em: 10 jul.2011b.

\_\_\_\_\_. **Princípios Contábeis**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm>>. Acesso em: 08 out.2013c.



**ANEXO 1 – Questionário aplicado aos profissionais de contabilidade**

NOME DA INDÚSTRIA/ESCRITÓRIO:	
LOCALIDADE:	ESTADO:
NOME DO ENTREVISTADO:	
FUNÇÃO:	
DATA:	

	SIM	NÃO	NÃO SABE
<b>PROCESSO PRODUTIVO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO</b>			
<b>a) ECO-EFICIÊNCIA DO PROCESSO PRODUTIVO E DO SERVIÇO PRESTADO</b>			
Existe geração de resíduos durante o beneficiamento do produto nas indústrias que presta serviço?			
Nos processos da indústria existe controle dos resíduos gerados?			
Os resíduos gerados são reaproveitados ou vendidos na empresa?			
Existe conhecimento do que as empresas compradoras fazem com os resíduos?			
<b>b) ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS DO PROCESSO</b>			
Durante o processo de beneficiamento existe controle da poluição?			
Existe um alto consumo de água no processo de beneficiamento?			
Existe algum reaproveitamento de água no processo?			
Os padrões legais referentes ao processo são integralmente atendidos?			
Existe algum tipo de reaproveitamento de resíduos sólidos no processo?			
<b>INDICADORES CONTÁBEIS</b>			
<b>a) INDICADORES AMBIENTAIS DE BENS E DIREITOS E OBRIGAÇÕES</b>			
Os estoques de insumos ambientais estão devidamente listados no plano de contas?			
A empresa possui bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental?			
A empresa possui gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias ambientais?			
A empresa paga salários e encargos de profissionais da área ambiental?			
<b>b) INDICADORES AMBIENTAIS DE CONTAS DE RESULTADO</b>			
A empresa tem auferido receitas relativas a valorização do meio ambiente?			
Existe consumo de recursos para controle, preservação e proteção ambiental?			
A empresa paga honorários de profissionais ambientais especializados?			
A empresa paga taxas, contribuições e demais gastos relacionados com a área ambiental?			
<b>c) INDICADORES DE DEMONSTRAÇÃO AMBIENTAL ESPECÍFICA</b>			
Existe aquisição de imobilizados ambientais?			
A empresa paga insumos utilizados para redução dos impactos ambientais?			
A empresa possui custos relativos a adaptação à legislação ambiental?			
A empresa possui grande quantidade de resíduo que causam impacto?			
<b>INDICADORES GERENCIAIS</b>			

A organização está submetida a uma intensa fiscalização por parte dos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais?			
A empresa já obteve benefícios e/ou premiações pela atuação na valorização do meio ambiente?			
Já ocorreram reclamações sobre aspectos e impactos do processo produtivo por parte da comunidade?			
Em caso afirmativo, foram tomadas ações corretivas e/ou preventivas para a resolução do problema?			
A empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental?			
São realizados investimentos sistemáticos em proteção ambiental?			
A empresa trabalha com custos ambientais de prevenção?			
Existe alguma forma de controle dos investimentos realizados na contabilidade ambiental?			
A empresa tem algum retorno financeiro com resíduos no processo produtivo e na prestação de serviço?			
Os retornos dos investimentos em meio ambiente são satisfatórios?			
Existe aplicação financeira em projetos ambientais?			
A empresa acredita numa vantagem competitiva no mercado com a valorização da questão ambiental?			

Fonte: Yamaguchi (2013)

**1. A organização, embora praticando a Gestão Ambiental, não utiliza a contabilidade ambiental para este fim? Por quê?**

---



---

**2. Na sua visão, a contabilidade ambiental traria algum benefício para aumentar a competitividade da sua organização, seja evidenciado no balanço patrimonial ou nas notas explicativas?**

---



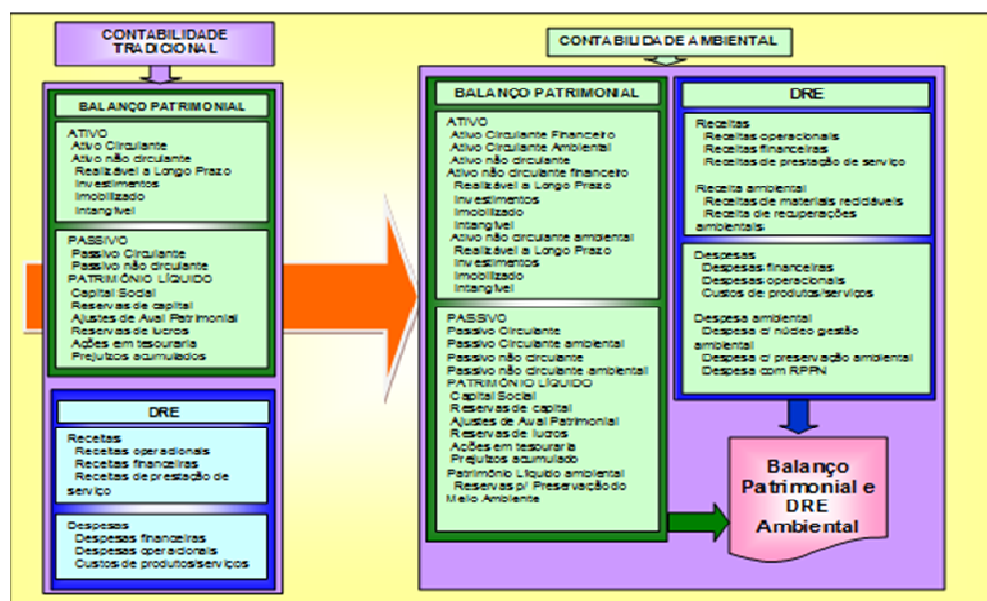
---

**3. Você acredita que o modelo abaixo de balanço patrimonial poderia ser aplicado na sua organização? Quais as dificuldades e facilidades para aplicá-lo?**

---



---



Fonte: Yamaguchi (2013)